

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce  
Aprovada no dia 13 de dezembro de 2005

1 Às nove horas do dia vinte e cinco de agosto de 2005, no Auditório da UNIMED Vale do Rio  
2 Doce, Sede, à Rua Dr. Joaquim Ribeiro Filho, 259, Bairro Esplanada, Colatina – ES, teve início  
3 a Segunda Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-  
4 DOCE. Para composição da mesa foram convidados: o Prefeito da cidade de Colatina –ES, e  
5 Presidente do CBH-Doce, Sr. João Guerino Balestrassi, o Secretário de Estado de Meio  
6 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais, Sr. José Carlos de  
7 Carvalho, o Prefeito da cidade de Iúna –ES, Sr. Rogério Cruz Silva, o Prefeito da cidade de  
8 Pancas –ES, Sr. André Cardoso Campos, o Diretor Geral do IGAM, Sr. Paulo Teodoro de  
9 Carvalho, o Gerente de Recursos Hídricos do IEMA, Sr. Fábio Anhert, o Secretário Executivo  
10 do CBH-Doce, Sr. Vitor Feitosa. O Sr. João Guerino Balestrassi, cumprimentou os presentes,  
11 desejou boas vindas aos membros do CBH-Doce, agradeceu o Sr. José Carlos de Carvalho  
12 da SEMAD pela presença. Em seguida salientou o importante trabalho de integração que o  
13 Secretário de Estado, José Carlos de Carvalho tem desenvolvido no Noroeste, sul, região do  
14 Caparaó, Alegre, e Cachoeiro, no Estado do Espírito. Salientou ainda que a integração vem  
15 promovendo o desenvolvimento de uma forma sustentável destas regiões. Prosseguiu  
16 convidando o Sr. José Carlos de Carvalho para se pronunciar, que iniciou saudando a todos  
17 os presentes e em especial aos membros do CBH-São Francisco e Paraíba do Sul, dizendo  
18 que é importante essas presenças para mostrar a comunhão de interesses que vai se  
19 formando no Brasil em torno desse novo modelo de gestão. Não apenas de Recursos  
20 Hídricos, mas também de gestão territorial. Resgatou o histórico da legislação e concepção  
21 ambiental no Brasil. Disse ainda que a esfera da política de recursos hídricos, e a política de  
22 meio ambiente, permitam uma gestão colegiada e participativa, diferentemente do modelo  
23 clássico das decisões monolíticas e unilaterais das autoridades públicas, como  
24 tradicionalmente se fez no Brasil, e como tradicionalmente, se fazem hoje as outras políticas  
25 públicas setoriais. Disse também que no Brasil nenhuma outra política pública tem o grau de  
26 abertura e o grau de participação da comunidade seja na política de meio ambiente, e  
27 especialmente na política de gestão de recursos hídricos. Destacou o comitê de bacia  
28 hidrográfica, é o espaço para se mudar de maneira decisiva o paradigma da gestão do Estado  
29 Brasileiro. Além disso, as políticas nacionais têm que ter a capacidade de capturar as  
30 diferenças, e as adversidades. Na gestão do setor público como o todo, mas sobre tudo a  
31 gestão de meio ambiente, é conflituosa, portanto é fundamental criar mecanismos para a  
32 gestão de conflitos. Particularmente do conflito do bem mais precioso da natureza que é o  
33 recurso água, cujos conflitos tendem a aumentar com o aumento do consumo e a diminuição  
34 da oferta. Afirmou que há um conflito instalado no seio da sociedade, e esse tipo de conflito se  
35 transfere para o governo. Afirmou ainda que acredita nos planos de recursos hídricos, as  
36 demandas serão de acordo com as prioridades, levando em conta os aspectos sociais mais  
37 presentes. Continuou falando sobre outro ponto, a legislação ambiental. Colocou ênfase no  
38 licenciamento por fonte poluidora. Esclareceu que uma das deficiências da política ambiental  
39 hoje é a gestão ambiental do espaço, ou seja, gestão ambiental do território, não se  
40 desenvolveu mecanismo adequado para a gestão do espaço, é uma questão amplamente  
41 discutida no Brasil e outros países. Afirmou que cada vez mais se exige uma gestão ambiental  
42 sistêmica e integrada. Portanto destacou-se o comitê de bacia hidrográfica, e é através dele,  
43 de formas institucionalizadas, que se vai caminhar para a gestão sistêmica e integradas.  
44 Continuou destacando que a tradição da administração pública no mundo inteiro é o modelo  
45 clássico da organização departamentalizada, e a fragmentação das políticas públicas, explica  
46 a descoordenação e a desarticulação das políticas públicas em relação ao meio ambiente.  
47 Ressaltou que na natureza há uma relação total de interdependência entre os recursos  
48 naturais, a natureza não separa água de solo, solo de floresta e nem a fauna, e expressa  
49 numa porção do território, é o grande desafio da política ambiental. Concluiu, não se pode  
50 separar nas políticas públicas aquilo que a natureza não separa, se quiser continuar falando  
51 em desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, e em gestão ambiental. Além disso, o

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce  
Aprovada no dia 13 de dezembro de 2005

52 Secretário José Carlos de Carvalho falou de um terceiro ponto; a gestão do Estado. Afirmou  
53 que precisa apostar na gestão colegiada e participativa. Uma gestão verdadeiramente  
54 integrada e participativa irá superar uma serie de deficiências, do modelo da administração  
55 publica brasileira, promovendo a integração dos entes federativos. O Comitê de bacia  
56 Hidrográfica tende a ser o 4º nível da federação brasileira, além dos três clássicos tradicionais:  
57 União, Estados e Municípios. Afirmou ainda que o vale do Rio Doce era uma das florestas  
58 mais luxuriante, a mata atlântica mais exuberante do planeta. Hoje, a bacia do Rio Doce é  
59 uma das bacias hidrográficas mais degradadas, com uma ocupação recente. É preciso atuar  
60 no âmbito do planejamento estratégico, da integração das políticas publicas, da integração dos  
61 entes federativos, e dos órgãos públicos, para que seja possível reverter à situação.  
62 Finalmente ressaltou que precisa de um grande esforço de recuperação ambiental da bacia  
63 hidrográfica do rio doce e de revitalização. Concluiu estendendo a todos os votos de uma boa  
64 reunião, e passou a palavra ao Sr. João Guerino Balestrassi que destacou a importância da  
65 fala do Secretário José Carlos de Carvalho, principalmente para os gestores municipais que  
66 tem participado de uma nova gestão publica, com a lei de responsabilidade fiscal e a gestão  
67 participativa. Destacou também, que a pratica de desenvolvimento ainda está na  
68 industrialização, é preciso buscar novas fórmulas de desenvolvimento com o  
69 empreendedorismo, agroturismo, piscicultura, e aqüicultura, para resolver os grandes  
70 problemas dos municípios. Além disso, apontou os três grandes problemas de impacto para os  
71 municípios, 1º a questão do pacto federativo, muitas decisões tomadas no âmbito da União  
72 acabou não atingindo os Estados e conseqüentemente aos municípios. 2º a questão tributaria  
73 - avança para o desequilíbrio social, 3º construção de valores, acabar com os conceitos do  
74 passado. Concluindo, disse que o melhor modelo de gestão é do comitê de bacia hidrográfica,  
75 a política da gestão das águas devagar, esta sendo levada para a gestão municipal.  
76 Prosseguindo Sr.Vitor Feitosa iniciou a solenidade de posse dos membros suplentes das  
77 vagas remanescentes dos segmentos, Poder Público Municipal e Usuário: Pesca Turismo e  
78 Lazer.Prefeitura Municipal de Aimorés, Lupércio Silvestre Bruno José Tavares de Castro;  
79 Prefeitura Municipal de Diogo de Vasconcelos, Arlindo de Castro Magalhães; Prefeitura  
80 Municipal de Ouro Preto, Ronald de Carvalho Guerra; Prefeitura Municipal de Rio  
81 Casca,Vicente de Paula Rocha Paiva; Prefeitura Municipal de Belo Oriente,João Batista Melo  
82 de Menezes; Prefeitura Municipal de Manhuaçu, João Lopes Soares; Clube Recreativo  
83 Filadélfia, Wenderson Meira de Alvarenga. O Sr. Vitor Feitosa declarou então empossados os  
84 novos Conselheiros. Após convidou a Senhora Zaira Andrade de Paiva para fazer a entrega  
85 do exemplar da Revista Águas do Rio Doce, ao Secretário de Estado Sr. José Carlos de  
86 Carvalho. Em seguida o coordenador do Projeto Águas do Rio Doce, Sr. Pedro Paulo de  
87 Oliveira agradeceu em nome da equipe que produziu a revista Águas do Rio Doce, a presença  
88 e participação do Secretário de Estado José Carlos de Carvalho, e reforçou que a revista é o  
89 fruto da integração dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Prosseguindo o Sr. Vitor  
90 Feitosa declarou, então, aberta a sessão, solicitou ao Sr.Cláudio Pereira que verificasse o  
91 quórum do plenário, que foi confirmado em número suficiente para o início dos trabalhos  
92 deliberativos. O Sr. Vitor Feitosa, fez a leitura da ordem dos trabalhos do dia, com a inclusão  
93 da apresentação do Sr. Paulo Teodoro de Carvalho, Diretor Geral do IGAM. Item 1-  
94 Apresentação do histórico dos trabalhos desenvolvidos, em fase a elaboração dos Termos de  
95 Referencia para o plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Item 2-  
96 Aprovação das Atas da 5ª reunião Ordinária, e da 1ª reunião Extraordinária do CBH-Doce.  
97 Item 3- Avaliação e deliberação do processo de inclusão do Município de IUNA (ES) na Bacia  
98 Hidrográfica do Rio Doce. Item 4- Deliberação sobre proposta de criação da Câmara Técnica  
99 de Gestão de Cheias do Rio Doce. Item 5- Deliberação sobre proposta de Diretrizes  
100 Metodológicas e Gerais para a Elaboração dos Termos de Referencia para o Plano de  
101 Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica Rio Doce. Item 6- Apresentação do planejamento dos  
102 trabalhos a serem desenvolvidos referentes à consolidação dos estudos para elaboração do

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce  
Aprovada no dia 13 de dezembro de 2005

103 Plano de Recursos Hídricos do Rio Doce. Item 7- Comunicação sobre os trabalhos do  
104 Conselho Consultivo do Parque Estadual do Rio Doce. Item 8 - Assuntos Gerais. Dando  
105 continuidade aos trabalhos o Sr. Vitor Feitosa passou a palavra ao Diretor Geral do IGAM, Sr.  
106 Paulo Teodoro de Carvalho que iniciou falando do envolvimento do CBH-Doce com os  
107 Comitês Estaduais, durante a construção das diretrizes, que será encaminhada à ANA, para a  
108 elaboração dos Termos de Referência, para o Plano de Recursos Hídricos da Bacia  
109 Hidrográfica do Rio Doce. Em seguida fez um relato da mobilização frente aos Comitês  
110 Estaduais, o envolvimento e acompanhamento dos técnicos da Diretoria de Gestão  
111 Participativa do IGAM. Comentou da proposta apresentada pelo CBH-Rio Santo Antonio de  
112 inclusão de base cartográfica georeferenciada, compatível com as ações do planejamento  
113 para construção do plano diretor da bacia hidrográfica do rio doce, e da mobilização e  
114 preparação para a elaboração do plano diretor da bacia do rio Santo Antonio e da proposta do  
115 plano diretor da bacia hidrográfica do rio doce basear-se em dados primários. Em seguida  
116 comentou também do software desenvolvido pela UFES em parceria com o CBH Rio  
117 Caratinga, visando mapear os dados da bacia do rio Caratinga. Em seguida disse também da  
118 Elaboração de um cronograma de trabalho integrando o plano diretor do CBH-Doce, com a  
119 elaboração dos planos diretores dos Comitês Estaduais. Finalizando comentou ainda, que  
120 chegou a um consenso que a proposta de elaboração das diretrizes para os Termos de  
121 Referência para o plano de recursos hídricos do rio Doce fosse concluída. Após as  
122 discussões, foram consolidado às contribuições ao documento, e designados ao Grupo de  
123 Trabalho para revisão final com a contribuição de um consultor do IGAM. Em seguida o Sr.  
124 Vitor Feitosa passou a tratar do 2º item da pauta referente à leitura e aprovação das Atas da  
125 5ª Reunião Ordinária, e 1ª reunião Extraordinária realizada em Governador Valadares-MG,  
126 no dia 30/03/2005. Dispensou-se a leitura das atas por ter sido encaminhada anteriormente. O  
127 Sr. Manoel Vital de Oliveira manifestou solicitando a inclusão do seu nome na ata da 1ª  
128 reunião Extraordinária, uma vez que esteve presente à reunião, e não assinou a lista de  
129 presenças. Não havendo manifestações contrárias, foi colocada em votação a minuta das Atas  
130 apresentadas, sendo aprovada na íntegra, por unanimidade. Em seguida passou-se para o  
131 item 3 - Avaliação e deliberação do processo de inclusão do Município de IÚNA (ES) na Bacia  
132 Hidrográfica do Rio Doce. O Sr. Vitor Feitosa apresentou a documentação que a Prefeitura de  
133 Iúna enviou à Secretaria Executiva do CBH-Doce. Explicou que a documentação foi enviada à  
134 ANA, e a mesma retornou à Secretária Executiva do CBH-Doce, por entender que o assunto é  
135 de decisão do CBH-Doce. O Sr. Vitor Feitosa disse, que a Secretaria Executiva do CBH-Doce,  
136 entendeu ser necessário à elaboração de uma Deliberação Normativa. Disse ainda, que a  
137 Secretaria Executiva do CBH-Doce consultou à presidência da CTIL, que encaminhou ao  
138 plenário do CBH-Doce. Em seguida o Sr. Cláudio Pereira falou que foi solicitada a ANA, a  
139 relação oficial dos municípios pertencentes à Bacia Hidrográfica do rio Doce. Segundo  
140 Cláudio Pereira, a ANA manifestou que não existe uma relação oficial dos municípios  
141 pertencentes à bacia hidrográfica do rio Doce. Disse também, que foi solicitado a Gerencia de  
142 Informações Geográficas da ANA, um estudo para verificar a procedência da solicitação da  
143 cidade de Iúna, para inclusão na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Em seguida o Sr. Cláudio  
144 Pereira, apresentou através de slide um mapa da área de drenagem da bacia hidrográfica do  
145 rio Doce, que apontou no mapa o município de Iúna-ES. Após, o Sr. Vitor Feitosa passou a  
146 palavra ao Prefeito da cidade de Iúna, Sr. Rogério Cruz Silva, que iniciou falando das  
147 experiências vivenciadas no IRAQUE, país que tem sérios problemas com a escassez de  
148 água. Falou também que é membro do consorcio do Caparaô, e que em umas de suas  
149 reuniões, a Secretária Executiva do consorcio, alertou que estudos mostram que a cidade de  
150 Ibatiba-ES, em 30anos faltará água. Sensibilizado refletiu muito e tomou a decisão de solicitar  
151 a inclusão do município de Iúna na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Prosseguindo o Sr. Joel  
152 Henrique pediu a palavra, disse que a partir dessa iniciativa o desenho da bacia hidrográfica  
153 do rio doce mudou, e poderá sofrer novas mudanças, desejou boas vindas ao município de

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce  
Aprovada no dia 13 de dezembro de 2005

154 lúna no Comitê da Bacia do Rio Doce. O Sr. Daniel Pereira achou estranha essa necessidade  
155 de montar todo um processo, uma vez que o município de Luna-ES, fora reconhecido desde de  
156 2002, na Bacia Hidrográfica do rio Doce. A Sra Zaira Andrade de Paiva, afirmou que  
157 realmente foi feito um trabalho de mobilização na cidade de Luna, porém o nome da cidade  
158 de lúna não aparece na relação dos municípios que fazem parte da Bacia do Rio Doce.  
159 Considerou muito saudável a solicitação do município de lúna para participar do Comitê do  
160 Rio Doce. O Sr. Túlio, representante da Prefeitura de lúna, pediu a palavra e disse que em  
161 nenhum relatório, ou documento inserido no SITE da ANA, relata que o município de lúna faz  
162 parte da Bacia do Rio Doce. Sendo assim, embora, na área geográfica pudesse ser  
163 considerada, a Prefeitura Municipal de lúna sentiu a necessidade da inclusão oficial do nome  
164 da cidade de lúna na Bacia Hidrográfica do Rio Doce,. Em seguida o Sr. Vitor Feitosa falou  
165 que o ato é oficial e que protege o município no sentido legal na participação dele no Comitê e  
166 de questionamentos futuros no processo eleitoral. Após a Srª Maria Aparecida Vargas falou  
167 que não conhece o Decreto de criação do CBH-Doce, e que o Decreto de criação dos CBH's  
168 rio Paraíba do Sul e do Rio Pomba Muriae cita as coordenadas geográficas que delimitam a  
169 área do Comitê. Em seguida falou ainda, caso o decreto do CBH rio Doce, não tenha as  
170 coordenadas geográficas que delimitam a área do Comitê, com certeza, o processo que gerou  
171 o decreto conterà. Dando prosseguindo o Sr. Vitor Feitosa colocou o processo em votação,  
172 sendo aprovado por unanimidade. Após o Sr. Vitor Feitosa passou para o próximo item de  
173 pauta: Deliberação sobre proposta de criação da Câmara Técnica de Gestão de Cheias do Rio  
174 Doce. O Sr. Vitor Feitosa fez um breve resumo da atuação do Grupo de Trabalho Cheias do  
175 rio Doce, grupo essencialmente técnico para trabalhar no sistema de alerta que a CPRM  
176 administra, coordenado pela Srª Alice Castilho. Em seguida fez a leitura da deliberação  
177 normativa nº 14 que institui a Câmara Técnica de Gestão de cheias. O Sr. Rômulo Corgosinho  
178 pediu a palavra e sugeriu incluir no parágrafo 2º artigo 3º como membros permanentes além  
179 dos representantes citados, um representante dos comitês afluentes. A Srª Maria Aparecida  
180 Vargas discordou e disse que o CBH-Doce não foi citado, e os órgãos permanentes são  
181 técnicos, sugeriu manter a redação do texto. O Sr. Vitor Feitosa apresentou a deliberação  
182 normativa 01, que cria as câmaras técnicas do CBH-Doce, e reforçou que a composição das  
183 câmaras técnicas serão no mínimo sete e no máximo quinze membros. Disse ainda que está  
184 abertos a possibilidade de participação de membros dos comitês estaduais e membros do  
185 CBH-Doce, através do processo de inscrição que a Secretaria Executiva do CBH-Doce irá  
186 conduzir. O Sr. Rômulo Corgosinho falou que gostaria que participassem da Câmara Técnica  
187 de Gestão de Cheias, técnicos da universidade Federal de Ouro Preto, FUNCESI de Itabira,  
188 UNILESTE, e representantes da sociedade civil. O Sr. Vitor Feitosa reforçou que a  
189 deliberação normativa proposta para aprovação, é de criação de uma câmara técnica de  
190 caráter eminentemente técnico com ação e articulação técnica com efetividade, existem  
191 determinadas estruturas e coletas de dados relacionados às cheias que só a CPRM tem e a  
192 CPRM comprovou a importância de sua participação na câmara técnica de gestão de cheias  
193 através do brilhante trabalho que sob sua coordenação desenvolveu no CBH-Doce. A srª  
194 Gilse Olinda Barbieri propôs manter a redação do texto, por considerar que os órgãos citados  
195 no texto se englobam e tem competência técnica. o Sr. João Bosco disse que se o membro  
196 suplente ou titular sentir necessidade de respaldo técnico pode procurar Universidades ou  
197 outro segmento, propôs manter a redação do texto. O Sr. Nilcio Perdigão considerou a  
198 importância da criação da Câmara Técnica de Gestão de cheias e sugeriu manter nem que  
199 seja, a participação mínima dos Comitês de rios afluentes. O Sr. Vitor Feitosa esclareceu que  
200 as câmaras técnicas não são instâncias fechadas, podem participar quem quiser, e toda  
201 contribuição que chegar e tecnicamente justificar será processada adequadamente, a  
202 constituição dos membros, leva em conta o compromisso de gerar resultados. A Srª Maria  
203 Aparecida Vargas salientou que a deliberação normativa 01, garante a participação dos  
204 comitês de sub-bacias nas câmaras técnicas, falou que acha complicado colocar além de

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce  
Aprovada no dia 13 de dezembro de 2005

205 organismo técnicos membros de um Comitê ou de outro, por estar criando pressupostos para  
206 as demais câmaras técnicas. O Sr. Vitor Feitosa colocou em votação as seguintes propostas:  
207 proposta 1(um)- manter a redação do texto da minuta da deliberação normativa 014 – “A  
208 composição da CTGC tem como membros permanentes um representante da CPRM e um  
209 representante de cada um dos organismos públicos da gestão de recursos hídricos na bacia,  
210 ANA, IEMA e IGAM”. Proposta 2(dois) – Incluir no § 2º da deliberação normativa 014. “A  
211 composição da CTGC tem como membros permanentes um representante da CPRM e um  
212 representante de cada um dos organismos públicos da gestão de recursos hídricos na bacia,  
213 ANA, IEMA e IGAM e dos Comitês Estaduais”. Com 23 votos a favor e 8 votos contra, venceu  
214 a proposta 1(um). Dando continuidade o Sr. Vitor Feitosa apresentou para validação do  
215 plenário, a deliberação normativa 013, ad referendum da diretoria do CBH-Doce, que  
216 estabelece normas, procedimentos e critérios para o processo de preenchimento das  
217 vacâncias dos membros suplentes do Poder Público Municipal do Estado de Minas Gerais,  
218 Usuários Pesca Turismo e Lazer, para condução do processo eleitoral do Comitê da Bacia  
219 Hidrográfica do Rio Doce. Em seguida esclareceu que o processo foi rigorosamente seguido,  
220 porém não foram preenchidas todas as vagas, permanecendo ainda uma vaga de suplente  
221 para o Poder Público Municipal. Após colocou em plenário para votação a seguinte proposta:  
222 1- permanência da vaga de 01 vaga para o Poder Público Municipal para o Estado de  
223 Minas Gerais. 2- Abrir nosso processo para preenchimento da vaga. Após análise e discussões  
224 foi aprovada por unanimidade a proposta 1(um). Prosseguindo o Sr. Vitor Feitosa passou a  
225 tratar do item de pauta que trata de deliberação sobre a proposta das Diretrizes Metodológicas  
226 e Gerais para a Elaboração dos Termos de Referência para o Plano de Recursos Hídricos da  
227 Bacia Hidrográfica Rio Doce. Em seguida fez breve comentário sobre os seminários realizados  
228 pelo CBH-Doce, e reforçou que foi um processo fortemente participativo. Em seguida  
229 apresentou a minuta da deliberação normativa 015 que aprova o documento resultante dos  
230 trabalhos desenvolvidos em seminários realizados para esse fim, com o objetivo de subsidiar  
231 os Termos de Referência do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.  
232 Reforçou que a aprovação da deliberação implicará também a aprovação do documento.  
233 Devido o volume do documento o Sr. Vitor Feitosa propôs apresentar somente os principais  
234 pontos que foram evidenciados durante as discussões do fechamento do documento. Joel  
235 Henrique pediu a palavra e disse que quanto à questão da criação da agência de bacia, tem o  
236 sentido que é uma agência única. Vitor Feitosa concordou com o Joel Henrique, falou que a  
237 agência única será um ganho maior para todos, porém existe a questão da independência, é  
238 preciso preservar – lá. Continuando o Sr. Vitor Feitosa solicitou que o plenário apresentasse  
239 outras manifestações. O Sr. Cláudio Leal reforçou que sejam consideradas as contribuições  
240 da Petrobrás no documento, reforçou ainda, que no item pacto e gestão das águas  
241 subterrâneas só consta à lei 13771, sugeriu a inserção das leis estaduais relativas à gestão de  
242 águas subterrâneas. O Sr. Vitor Feitosa esclareceu que o documento sofrerá algumas  
243 correções de formas e será divulgado a todos os membros para apreciação. Em seguida  
244 colocou a deliberação normativa 015 e o documento para aprovação do plenário, sendo  
245 aprovados por unanimidade. Após o Sr. Rômulo Corgosinho solicitou a contagem dos votos a  
246 favor e as abstenções. O Sr. Vitor Feitosa solicitou ao plenário nova votação, sendo aprovados  
247 com 27(vinte e sete) votos a favor e 02(duas) abstenções. Dando prosseguindo o Sr. Vitor  
248 Feitosa passou para o próximo item de pauta: Apresentação do planejamento dos trabalhos a  
249 serem desenvolvidos referentes à consolidação dos estudos para elaboração do Plano de  
250 Recursos Hídricos do Rio Doce, e convidou o Sr. Ney Maranhão consultor da ANA para dar  
251 início a apresentação, que iniciou falando da sua presença durante a realização do 3º  
252 Seminário do CBH-Doce, e do quanto pode ouvir e aprender durante as discussões, percebeu  
253 a seriedade do trato da questão do plano de recursos hídricos, e a urgência de elaborar um  
254 plano de recursos hídricos para a bacia do rio doce. Apresentou um cronograma com as  
255 ações do planejamento das atividades em face de elaboração do Termo de

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce  
Aprovada no dia 13 de dezembro de 2005

256 Referencia,relatório de planejamento com os princípios e as diretrizes, destaque da  
257 expectativa da participação do Comitê da bacia no apoio, e na definição de questões que são  
258 intrínsecas próprias do Comitê, e uma descrição das atividades que deverá cumprir, advindo  
259 do documento que foi aprovado pelo Comitê até o documento final. Finalizou apresentando  
260 um cronograma físico com um conjunto de datas assim especificado: dia 05 de agosto,  
261 início dos trabalhos, 23 de agosto, emissão do relatório de planejamento, 13 de outubro,  
262 consolidação dos estudos existentes, 14 de novembro versão preliminar do Termo de  
263 Referencia,02 de dezembro, versão final do TDR com incorporações de comentários e  
264 sugestões. Continuando o Sr. Vitor Feitosa sugeriu a realização de oficina com 01 ou 02 dias  
265 aberto a quem possa interessar, enquanto se institui o Grupo de trabalho, para discutir  
266 exclusivamente o encaminhamento do plano de recursos hídricos do Doce, com um  
267 programa montado, e debate da proposta do Termo de Referencia. O Sr. Vitor Feitosa  
268 perguntou ao Sr. Ney Maranhão se após o término do Termo de Referencia, imediatamente  
269 será iniciado a elaboração do plano de recursos hídricos da bacia do rio Doce. O Sr. Ney  
270 Maranhão esclareceu que após a elaboração do Termo de Referencia e aprovação do Comitê  
271 do rio Doce, a ANA iniciará o processo de licitação para contratação, através do edital de  
272 concorrência. O Sr. Vitor Feitosa perguntou ainda se o plano de recursos hídricos da bacia do  
273 Doce, ficará pronto em 12 meses. O Sr. Ney Maranhão disse que menos de seis meses será  
274 impossível. O Sr. Antonio Sergio falou em considerar os limites geográficos, rever os mapas,  
275 a maioria não inclui o delta do rio doce. Falou ainda, do projeto de definição do sistema  
276 nacional de informação de recursos hídricos financiado pelo CTHIDRO. O Sr. Ney Maranhão  
277 solicitou ao Sr. Antonio Sérgio as informações para serem processadas no plano de recursos  
278 hídricos do rio doce. O Sr. Vitor Feitosa considerou 04 meses longos para formação da  
279 comissão de acompanhamento do Termo de Referencia, sugeriu que a secretaria executiva ad  
280 referendum inicia o processo, com divulgação ampla. Prosseguindo o Sr. Vitor Feitosa para  
281 atender o calendário das reuniões ordinárias do CBH-Doce, previstas para o ano de 2005,  
282 propôs ao plenário data do dia 13 de dezembro, sendo aprovada por unanimidade.Em seguida  
283 o Sr. Fábio Anhert pediu a palavra para participar aos membros do CBH-Doce, que o  
284 Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo, aprovou uma resolução de  
285 critérios gerais para outorga de recursos hídricos no Espírito Santo. Em breve o IEMA baixará  
286 as portarias com detalhes de procedimentos técnicos e administrativos para iniciar o  
287 procedimento de outorga nos rios Estaduais. E o IEMA está trabalhando a proposta  
288 metodológica para iniciar o processo de construção do plano estadual de recursos hídricos do  
289 Estado do Espírito Santo. O Sr. Fábio Anhert falou também, da articulação de novos comitês  
290 afluentes do rio Doce envolvendo o rio Guandu, bacia do Santa Joana, Mutum e Lajes. Por fim  
291 parabênizou o CBH-Doce pelo belíssimo trabalho realizado.Prosseguindo o Sr. Vitor Feitosa  
292 informou o falecimento do membro do CBH-Doce, Sr. João da Silva Pontes, e do Sr. Nilton  
293 Freire Sampaio prefeito da cidade de Aimorés. Após, passou a palavra ao presidente do CBH-  
294 Doce, que agradeceu todos os membros do CBH-Doce pela presença e fez um agradecimento  
295 especial ao Secretário Executivo Vitor Feitosa, pela dedicação à frente dos trabalhos  
296 desenvolvidos do CBH-Doce.Nada mais havendo deu por encerrada a sessão, e concluídos  
297 os trabalhos propostos, eu Vitor Feitosa, lavrei a presente ata por mim firmada. Colatina, 25 de  
298 agosto de 2005.xx  
299

300 **Presenças:** Representantes Titulares e Suplentes da União:Andréa Soares Barnez-(FUNAI);  
301 Representantes Titulares e Suplentes do Poder Público Estadual Fábio Ahnert,  
302 (IEMA);Gerson Tavares da Mota,(SEAG);Paulo Teodoro de Carvalho,(IGAM);Carlos Eugênio  
303 Coelho Cunha,(IEF); Carla Renata Lima Campos de Gama  
304 Cerqueira(SEPLAG);Representantes Titulares e Suplentes do Poder Público Municipal: João  
305 Guerino Balestrassi - Prefeitura Municipal de Colatina-ES, André Cardoso de Campos –  
306 Prefeitura Municipal de Pancas – ES; Josmar José Gobbo, Prefeitura Municipal de Baixo

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce  
Aprovada no dia 13 de dezembro de 2005

307 Guandu – ES; Nílcio Paulo Perdigão de Miranda, Prefeitura Municipal de Oratórios - MG;  
308 Fernando Antônio de Andrade, Prefeitura Municipal de Ponte Nova – MG;Newton Tibúrcio,  
309 Prefeitura Municipal de Ipatinga- MG;Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata – MG,  
310 Rômulo Ramos Corgozinho, João Eduardo de Miranda,Prefeitura Municipal de São João  
311 Evangelista- MG; Prefeitura Municipal de Manhuaçu, João Lopes Soares. Representantes  
312 Titulares e Suplentes do Setor de **Abastecimento Urbano** – Cleuber Melotti; (SANEAR);Joel  
313 Henrique da Silva, (CESAN);Fábio Hell Andrade, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de  
314 Itaguaçu - ES;Ronaldo Alves Pereira, Serviço Autônomo de Água e Esgoto Baixo Guandu-ES;  
315 Sânzio José Borges,(ASSEMAE);Representantes Titulares e Suplentes do **Setor de Indústria**  
316 e **Mineração**:Cláudio Antonio Leal (PETROBRAS)Catarina Dallapicula, (Confecções Mimo  
317 S.A); Vitor Márcio Nunes Feitosa,(FIEMG);José Otávio Andrade Franco, (IBS); Alexandre  
318 Brandão Landim,(CENIBRA);João Bosco da Silva (ACESITA S.A); Robson Sarmento –  
319 (AURHES). Representantes Titulares e Suplentes do **setor Pesca, Turismo, Lazer e**  
320 **Hidroviário**: Almir da Conceição (\_Sindicato de Pescadores Renovo do Vale).  
321 Representantes Titulares e Suplentes do **setor de Irrigação e uso Agropecuário**: Afonso  
322 Luiz Bretas, Sindicato Rural de Governador Valadares; Joaquim Marques  
323 Neto,(CREDCOOPER);José Carlos Loss Júnior, Sitio São Bento;Representantes Titulares e  
324 Suplentes do **Setor Hidroeletricidade** Alexsandre Leite Ferreira, Empresa Força e Luz  
325 Santa Maria S/A; Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (CFLCL); Manoel Vital de Oliveira,  
326 (SÁ Carvalho S.A); Representantes Titulares e Suplentes de **Organizações Cívicas**: Gilson  
327 Martins da Silva (APPEP),Gilse Olinda Moreira Barbieri, Associação Intermunicipal para  
328 recuperação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu;Representantes Titulares e  
329 Suplentes das organizações **técnicas de ensino e pesquisa** – Antônio Sérgio  
330 Mendonça,(UFES).Marinaldo Francisco Zanotelli (Escola Agrotécnica Federal de  
331 Colatina)Representantes Titulares e Suplentes das Organizações **Não Governamentais**:  
332 Pedro Paulo de Oliveira (ADERC); Sandra Pereira Rodrigues(STRC);Jaeder Lopes  
333 Vieira,(Instituto Terra);Joselito Marques Abrantes(STIMMME); Daniel Pereira  
334 (ACODE).Representantes Titulares e Suplentes das **Comunidades Indígenas**- Luiz Antônio  
335 Matheus Barbosa ( Etnia Tupiniquim- Terra Indígena Comboios – Aracruz-ES). Justificaram  
336 ausência:Alexandre Magrinelli(SEMAD);José Angelo Paganini (Fundação Relictos);Ilacir  
337 Ferreira da Silva (SAAE de Itabira);Sérgio Antônio Gonçalves (Ministério das Cidades)Joema  
338 Gonçalves de Alvarenga (Instituto Pró - Rio Doce); Suzi Maria Montagner (ESCELSA).

339  
340 Colatina, 25 de agosto de 2005,

341  
342 João Guerino Balestrassi  
343 Presidente do CBH-Doce

344  
345 Vitor Feitosa,  
346 Secretário Executivo do CBH-DOCE

347  
348  
349